
 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

CONTRATO Nº ____/2026/FSCMPA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026/FSCMPA
PAE Nº 2026/2226339

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MONITOR MULTIPARÂMETROS E APARELHO DE ANESTESIA INALATÓRIA COMPATÍVEIS COM AMBIENTE DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA _____, NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA, órgão da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, bairro do Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.929.345/0001-85, designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM nº 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____, neste ato representada legalmente pelo(a) **Sr(a).** _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, este Contrato, em conformidade ao disposto na Lei Federal nº14.133/2021, Decreto Estadual nº2.940/2023, demais legislações aplicáveis e mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL



1.1 - O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº ____/2026/FSCMPA e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1 - A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer nº ____/2026-NPRO/FSCMPA, nos termos do art. 53, Parágrafo Primeiro, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 - O presente Contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MONITOR MULTIPARÂMETROS E APARELHO DE ANESTESIA INALATÓRIA COMPATÍVEIS COM AMBIENTE DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA**, a fim de atender as necessidades da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará,

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	

CONTRATO

conforme as especificações e quantidades descritas no MEMO Nº 029/2026-CSUP/FSCMPA, Termo de Referência, Proposta da CONTRATADA, Relatório MV e conforme as quantidades constantes no Anexo I, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA O monitor deverá ser específico para uso em ambiente de Ressonância Magnética (RM), devendo ser compatível com campos magnéticos clinicamente utilizados, no mínimo de 1,5 Tesla e 3,0 Tesla, ou superiores, desde que comprovadamente seguros. Deverá operar de forma segura em ambiente de alto campo magnético, atendendo aos limites usuais de SAR e B1rms aplicáveis aos exames de RM, e apresentar indicação visual de condição segura de uso em RM, conforme projeto do fabricante. O monitor deverá permitir a monitorização de pacientes adultos, pediátricos, neonatais e obesos sendo adequado para utilização contínua durante exames de RM, inclusive em procedimentos com sedação ou anestesia, devendo manter estabilidade operacional durante todo o período de uso, inclusive quando posicionado fora da gaiola de Faraday, quando aplicável e conforme especificações do fabricante. O equipamento deverá permitir a monitorização multiparamétrica contemplando eletrocardiograma (ECG), com apresentação de, no mínimo, seis derivações, indicação de frequência cardíaca, bem como a visualização de curvas e valores numéricos em tela. A comunicação entre sensores e monitor deverá ser compatível com o ambiente de RM, podendo ser realizada por meio de tecnologia sem fio ou outra solução tecnicamente adequada e segura. Deverá permitir a realização de oximetria de pulso (SpO ₂), com indicação da saturação periférica de oxigênio e da frequência de pulso, sendo compatível com pacientes adultos, pediátricos e neonatais, utilizando sensores apropriados para ambiente de RM. O equipamento deverá permitir a medição de pressão arterial não invasiva (PNI) pelo método oscilométrico, com possibilidade de medições automáticas e manuais, apresentando valores de pressão sistólica, diastólica e média, e sendo compatível com manguitos para pacientes adultos, pediátricos e neonatais. Deverá permitir a monitorização da frequência respiratória, bem como a capnografia pelo método sidestream, com apresentação da curva de CO ₂ e indicação de parâmetros respiratórios clinicamente relevantes, tais como EtCO ₂ e frequência respiratória. O monitor deverá permitir a monitorização de temperatura corporal, por meio de sensor superficial ou transcutâneo, com faixa de medição compatível com uso	UND	02		

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

Página 2 de 16

Rua Oliveira Belo, 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380 – Tel (091) 3251-7430

contratos@santacasa.pa.gov.br



CNPJ: 04.929.345/0001-85

Processo: 2026/2226339 | Sequencial: 35 | Autenticação: fc0d3847-eea0-4a9d-b8b6-0fd1d8108533

Acessado por: RODRIGO FERNANDO RODRIGUES WANZELLER (CPF: ***.718.782-**) em 21/05/2026 às 14:16 Página: 2/16

CONTRATO

	<p>clínico, bem como a monitorização de pressão invasiva, com disponibilidade mínima de um canal, quando configurado para tal finalidade. O equipamento deverá permitir a monitorização de gases anestésicos, com identificação automática de agentes voláteis, bem como a medição de oxigênio e óxido nítrico, apresentando parâmetros anestésicos relevantes, incluindo, quando aplicável, o cálculo da concentração alveolar mínima (CAM). Deverá possuir tela colorida sensível ao toque, com dimensão mínima de 15 polegadas, permitindo a visualização simultânea de curvas, valores numéricos, alarmes e tendências, devendo disponibilizar armazenamento de tendências gráficas e numéricas por período mínimo compatível com a rotina assistencial. A interface deverá estar disponível em língua portuguesa ou permitir sua configuração. O equipamento deverá dispor de alarmes audiovisuais configuráveis para os parâmetros monitorados, possibilitando o ajuste de limites pelo usuário, conforme protocolos clínicos institucionais. A alimentação elétrica deverá ser compatível com 100 a 240 VCA, 50/60 Hz, devendo o equipamento possuir bateria interna recarregável com autonomia compatível com procedimentos prolongados. Os módulos fisiológicos, quando aplicável, deverão possuir autonomia própria de bateria e sistema de recarga adequado. O fornecimento deverá incluir todos os acessórios essenciais para o pleno funcionamento do equipamento e para a medição dos parâmetros exigidos, como módulos compatíveis com RM, sensores (oximetria (SpO2), temperatura, ECG, pressão arterial (invasiva e não invasiva)), manguitos para diferentes perfis de pacientes (neonatal, pediátrico, adulto e obeso), linhas de amostragem de gases, sensores de capnografia e anestésicos voláteis, filtros e adaptadores para ventilação, cabos de alimentação e carregamento, além de suporte para transporte compatível com o ambiente de ressonância magnética. O equipamento deverá possuir registro ou cadastro vigente na ANVISA e atender às normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis a equipamentos médicos e ao uso em ambiente de ressonância magnética, acompanhado de manual de operação em língua portuguesa e garantia de 2 anos.</p>				
	<p>APARELHO DE ANESTESIA INALATÓRIA PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA O aparelho de anestesia deverá ser específico para uso em ambiente de Ressonância Magnética (RM), devendo ser compatível com campos magnéticos clinicamente utilizados, no mínimo de 1,5 Tesla e 3,0 Tesla, ou superiores, desde que comprovadamente seguros. Compatível com pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos, projetado para administração segura de anestesia, ventilação mecânica precisa e monitoramento contínuo de parâmetros fisiológicos. O equipamento deverá possuir ventilador eletrônico com tela sensível ao toque, interface intuitiva e ajuste de volume corrente, pressão máxima,</p>				



	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	

CONTRATO

02	<p>pressão de suporte, frequência respiratória, relação I:E, pausa inspiratória e sensibilidade por fluxo e pressão. Deverá permitir as modalidades ventilatórias VCV, PVC, SIMV/V, SIMV/P, PSV e manual, além de monitorização gráfica de curvas e loops, visualização simultânea de múltiplos gráficos, alarmes programáveis com histórico e silenciador sonoro, e bateria interna com autonomia mínima de 120 minutos.</p> <p>O equipamento deverá incluir filtro valvular e sistema de gases compatível com ressonância magnética, com fole passivo de alta precisão, manômetro de pressão das vias aéreas, sensor de fluxo, saída auxiliar ACGO, by-pass, canister com troca de cal sodada, filtro aquecido e autoclavável, sensor de oxigênio FIO2 e saída para sistema AGSS. Deverá possuir vaporizador com suporte para dois agentes anestésicos, sistema de intertravamento (interlock) e alta precisão na entrega de vapores mesmo em baixas taxas de fluxo.</p> <p>Os parâmetros ventilatórios deverão permitir operação em toda a faixa de pacientes, com frequência respiratória de 1 a 100 rpm, pressão limita da máxima de 1 a 99 cm H2O, PEEP de 0 a 50 cm H2O, pressão de suporte de 0 a 80 cm H2O, platô de 0 a 70% do tempo inspiratório, volume corrente de 10 a 1600ml, fluxo de 4 a 120 L/min, relação I:E de 2:01 a 1:4:0, sensibilidade por fluxo de OFF a 30L/min, sensibilidade por pressão de OFF a -20 cmH2O, peso de 0,5kg até obesidade mórbida e relação volume/peso de 5 a 12 ml/kg.</p> <p>O equipamento deverá ser compatível com todos os gases anestésicos utilizados clinicamente, permitir integração com rede sem fio e com monitores multiparamétricos para ressonância magnética, possuir registro vigente na ANVISA, atender às normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis, e ser fornecido novo, acompanhado de todos os acessórios essenciais para operação completa, incluindo módulos de ventilação, mangueiras, filtros, sensores e manguitos pediátricos e adultos, cabos, 3 unidades de kit traqueia pediátrico e 3 unidades de kit traqueia adulto, vaporizador sevoflurano e manual em português e garantia de 2 anos.</p>	UND	03		
VALOR TOTAL					

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Fundação Santa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) tem como prioridade oferecer cuidados de saúde com excelência e segurança, mantendo um compromisso permanente com a melhoria contínua da qualidade do atendimento prestado aos seus pacientes. Buscando sempre atender às necessidades da comunidade com eficiência e cuidado, a instituição investe constantemente na modernização e adequação de seu parque tecnológico, implementando equipamentos de ponta para garantir tratamentos mais eficazes e diagnósticos mais precisos.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

4.2 - Dentro dessa visão, a aquisição de novos aparelhos de anestesia e monitores multiparamétricos compatíveis com ambiente de ressonância magnética é de extrema importância, principalmente com a recente instalação de uma nova ressonância magnética (RM) na unidade. Com a implementação do equipamento, a demanda por exames aumenta consideravelmente, o que exige um investimento paralelo em dispositivos de suporte a vida necessários e que garantam a segurança e o conforto dos pacientes durante os procedimentos no setor de Diagnóstico por Imagem (CDIE).

4.3 - Esses equipamentos permitirão que a Santa Casa atenda com mais segurança a uma variedade de pacientes, incluindo neonatais, pediátricos, adultos e obesos, em ambientes de ressonância magnética. A combinação de monitoramento contínuo dos sinais vitais com a administração precisa de anestesia garantirá um atendimento seguro e eficiente, essencial para exames que envolvem sedação ou anestesia em um ambiente com interferência magnética, possibilitando intervenções imediatas quando necessário.

4.4 - A unidade não dispõe de equipamentos de backup para os dispositivos essenciais ao suporte à vida durante exames de Ressonância Magnética. Por serem específicos para RM, não podem ser substituídos por aparelhos convencionais, tornando necessária a aquisição de unidades adicionais para contingência, garantindo a continuidade da assistência, a segurança dos pacientes e a operação ininterrupta dos serviços. A contratação desses equipamentos representa ainda uma medida estratégica para acompanhar a modernização do setor de diagnóstico por imagem, ampliar a capacidade de atendimento da unidade e, sobretudo, assegurar um atendimento seguro e de alta qualidade a todos os pacientes que necessitam de exames de Ressonância Magnética.

4.5 - Com a implementação dessa tecnologia, a Santa Casa reforça seu compromisso com a saúde pública, oferecendo à população exames de imagem precisos e de qualidade, mantendo-se na vanguarda do atendimento médico de excelência. Por este motivo, torna-se necessária a abertura de processo licitatório de modo a garantir o contrato pelo período de 12 meses.



CLÁUSULA QUINTA - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA:

5.1 - Prazo e condições de entrega:

- O prazo de entrega dos bens deverá ser no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.
- O bem deve ser entregue de forma única, com todos os seus acessórios e total requisito para perfeito funcionamento.
- Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);
- Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento).

5.2 - Da Garantia:

5.2.1 - Os Itens 1 e 2 deverão ter garantia assegurada de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

5.2.2 - A garantia terá início após instalação, testes e liberação para o pleno funcionamento dos equipamentos na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), sem ônus adicional para a instituição, com garantia de comercialização de peças e assistência técnica no país, onde tal requisito deve estar descrito no Termo de Garantia ou Certificado de Garantia Fornecido pelo Fabricante ou Fornecedor.

5.2.3 - Os chamados relativos à garantia serão feitos pela Contratante, por escrito, e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa a atendê-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que retirar os produtos das instalações do usuário, os equipamentos devem ser devolvidos em prazo acordado com a Contratante, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais.

5.2.4 - Os aparelhos de anestesia e monitores multiparâmetros compatíveis para ambientes de ressonância magnética são equipamentos de alta complexidade, fundamentais para a realização de procedimentos médicos com precisão e segurança. A exigência de garantia assegura que, caso haja algum defeito ou falha técnica nos equipamentos, a Instituição será devidamente assistida pelo fornecedor para resolver o problema sem custos adicionais. Isso garante que os profissionais da saúde possam utilizar os equipamentos com confiança e sem interrupções no atendimento aos pacientes.

5.3 - Local e Horário de Entrega:

- Almoxarifado Central da FSCMPA, na entrada da Rua Oliveira Belo nº 359, entre 14 de Março e Generalíssimo Deodoro, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66050-380, Belém/PA.
- O horário de entrega é de 8H00 às 15h00, de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371.

5.4 - Assistência Técnica:



5.4.1 - De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos itens contratados.

5.5 - Do Treinamento:

5.5.1 - Deverá ser agendado um treinamento a cada 06 (Seis) meses, a título de reciclagem, para os operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, até o final da garantia do produto.

5.6 - Da Sustentabilidade:

5.6.1 - Há critérios de sustentabilidade, conforme disposto no Decreto nº4.193, de 18/09/2024, do Governo do Estado do Pará que prever sobre as diretrizes e critérios de sustentabilidade a serem observados nas licitações e contratações realizadas pela Administração Pública Estadual.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR, DA VIGÊNCIA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____) de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por 12 (doze) meses, a contar da data deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

6.2 - Estão incluídos no preço referente a venda do produto todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes, e demais despesas necessárias a satisfatória execução do presente Contrato, constante na cláusula primeira.

6.3 - Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS: 10.302.1507.8289;

FONTE DE RECURSO: 0150000001-000000, 0150100001-000000, 0150100001-013373, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-008067, 01659000069-008239, 01659000069-009829 e seus respectivos superávits;

ELEMENTO DE DESPESA: 449052

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO

7.1 - A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.

7.2 – A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.



7.3 – A Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

7.4 - O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da Contratada junto a Fazendas Pública.

7.5 - A falta de pagamento não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades e obrigações.

7.6 - Desde já fica acordado que o comprovante de depósito bancário constituirá documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes desta compra direta.

7.7 - Não poderá ser pleiteado acréscimo de preços sob a alegação de falhas, omissões ou inexigibilidade de qualquer natureza, entendendo-se como previsto no preço ofertado, todos os custos de execução.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.

8.2 - Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.

8.3 - A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

8.4 - A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do erro.

8.5 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.6 - Os equipamentos médico-hospitalares deverão ser instalados pelo fornecedor ou seu representante autorizado.

8.7 - Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.



8.8 - Deve fornecer à Instituição todas as informações técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).

8.9 - Após a entrega, deverá ser realizado treinamento nos três turnos de funcionamento da Instituição (Manhã, Tarde e Noite), durante 03 (Três) dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição.

8.10 - Após a instalação e funcionamento dos equipamentos deverá ser agendado um treinamento a cada 06 (Seis) meses, a título de reciclagem, para os operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, até o final da garantia do produto.

8.11 - A CONTRATADA será responsável por todas as manutenções corretivas, preventivas e calibrações dos equipamentos e acessórios fornecidos, conforme a periodicidade indicada pelo fabricante, durante o período de garantia, sem custos adicionais para a CONTRATANTE. A manutenção preventiva e calibração deverão ser realizadas conforme cronograma do fabricante, com relatórios técnicos anuais e com emissão de certificado.

8.12 - Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

8.13 - Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.14 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste Edital, ficando, ainda, a CONTRATANTE isentas de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

8.15 - Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.

8.16 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

8.17 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.

8.18 - Todas as manutenções corretivas, preventivas necessárias para o produto e/ou seus acessórios dentro do período de garantia devem ser realizados pela CONTRATADA sem ônus à Instituição com emissão de Certificado.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e seus anexos;

9.2 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;

9.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



9.4 - Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.

9.5 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.7 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.8 - Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p align="center">GERÊNCIA DE CONTRATOS</p>	
<p align="center">CONTRATO</p>		

9.9 - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;



9.10 - Cabe ao setor GEQP/CEFF - Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.11 - A CONTRATANTE não arcará com custos de transporte ou envio de pessoal e equipamentos para a execução dos serviços de manutenção, que serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA durante o período de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

10.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação na CONTRATANTE;
- e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

- f) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº13.709/2018.

10.2 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Estado do Pará, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

10.3 - O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

10.4 - A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

10.5 - A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE, quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da FSCMPA ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.



10.6 - A CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

10.7 - A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços, objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

10.8 - Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI, da Lei Federal nº13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÃO

11.1 - À CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		



- a) fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE;
- b) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- c) receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- d) contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente contrato;
- f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- g) dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da contratada, ou emitir informações inverídicas à fiscalização;

11.2 - A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;

11.3 - A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato;

11.4 - Obriga-se a CONTRATADA na execução do presente contrato a informar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção;

11.5 - O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento;

11.6 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais;

11.7 - As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

13.1 - O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato.

13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



13.3 - O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará o fornecedor à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 162 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

- a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;
- b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item “a” supra;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

13.4 - Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua extinção.

13.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

13.6 - A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21,

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXEÇÃO

14.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as sanções decorrentes do art. 155 c/c art. 156 da Lei nº 14.133/202.

14.2 - A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposição do art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/202.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO



15.1 - Constituem motivo para extinção do Contrato nos termos do art. 137, da NLLC:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.2 - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3 - Nos termos do art. 138, da NLLC, a extinção do contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

16.1 - Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

- I - Termo de Referência
- II - Proposta da CONTRATADA
- III - Pregão Eletrônico SRP Nº __/2026/FSCMPA
- IV - Relatório MV

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 120, da Lei Federal nº14.133/2021, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 121, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, consoante dispõe art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO



20.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidores que serão nomeados através de Portaria.

20.2 - Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, a execução dos serviços caso seja comprovadamente diferente do objeto proposto, bem como solicitar ajustes para cumprimento fidedigno do objeto contratado.

20.3 - A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

21.1 - Para dirimir as questões litigiosas oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

21.2- E para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, para um só efeito jurídico.

Belém/PA, ____ de _____ de 2026.

DR. BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

NOME DO REPRESENTANTE
REPRESENTANTE
NOME DA EMPRESA
CONTRATADA



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2226339

Anexo/Sequencial: 35

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/20

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Martha Goretti Gonçalves Campello,

CPF: **.238.512-**

Em: 15/05/2026 10:54:50

Aut. Assinatura: 1a9cf67b9665e94adebf036edcb741ee5df8121168445f046e499d5b079c28c7



Identificador de autenticação: fc0d3847-eea0-4a9d-b8b6-0fd1d8108533

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>